



Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA XV DE NOVEMBRO - 686 - CENTRO-TELE/FAX (13) 3856-7100 - CEP 11930-000

e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

Pariquera-Açu, 21 de maio de 2024.

Ofício nº 145/2024

Assunto: resposta ao ofício nº 072/2024

prot. cód.: 157.917.144.822.052.225

Prezado Senhor,


Em resposta ao requerimento nº56/2024 do Nobre Vereador Rodrigo Claudionor Mendes, datado de 25 de abril de 2024 e protocolado nesta prefeitura em 30 de abril do mesmo ano, solicitando informações referente ao cumprimento das Leis Municipais nº 881 e nº 882 de 2024.

Informações estas solicitadas por meio dos seguintes questionamentos:

- 1- Qual o motivo que até esta data as referidas Leis Municipais nº 881 e Lei nº 882 de 2024 não foram cumpridas?
- 2- Caso venha a cumpri-las informar como será o procedimento e a forma de cumprimento de cada lei municipal;
- 3- Caso as referidas leis não venham a ser cumpridas definitivamente, justifique;

R: Informo ao nobre vereador que as leis 881, 882 e 883 estão sendo judicializadas, conforme documentos em anexo.

Atenciosamente,


João Batista de Andrade
Diretor Administrativo

A Sua Excelência o Senhor

MILTON JOSÉ LAURIANO

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de
Pariquera-Açu / SP.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INICIAL - SEGUNDO GRAU**

Dados Básicos

Seções/Subseções:	Tribunal de Justiça
Processo:	21428310320248260000
Classe do Processo:	Direta de Inconstitucionalidade
Assunto principal:	10645 - Controle de Constitucionalidade
Data/Hora:	20/05/2024 14:04:14

Partes

Autor:	Município de Pariquera-Açu
Réu:	Câmara Municipal de Pariquera-açu - Sp

Arquivos

Petição:	ADI LEI DE TRANSPARÊNCIA - 1-11.pdf
Documento 1:	TERMO DE POSSE PREFEITO - 1.pdf
Documento 2:	ATESTADO PREFEITO - 1.pdf
Documento 3:	PROCURAÇÃO PODERES ESPECIAIS ADI WAGNER - 1.pdf
Documento 4:	LEI 883.24 TRANSPARÊNCIA - 1.pdf



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA

Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Açu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1000191-80.2024.8.26.0424**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Garantias Constitucionais**
 Requerente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU**
 Requerido: **Câmara Municipal de Pariquera-açu/sp**

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**

Vistos.

O Município de Pariquera-Açu ajuizou ação declaratória de incompatibilidade de Lei municipal em face da Lei Orgânica do Município contra a Câmara Municipal de Pariquera-Açu.

Consta na inicial que o Poder Legislativo municipal promulgou a Lei 882/2024, que trata da nomeação de servidores em cargos comissionados da administração pública e poder legislativo local. Ocorre que a Lei Orgânica do Município, nos artigos 124 e seguintes, estabeleceu o regramento para provimento dos cargos em comissão dos auxiliares diretos do Prefeito e, consequentemente, a alteração legislativa exigiria a obediência ao procedimento do artigo 43 da Lei Orgânica, ou seja, por meio de emenda à Lei Orgânica.

Considerando que a alteração promovida pela Câmara Municipal decorreu de lei ordinária, e não por meio de emenda, houve um vício de natureza formal que tornaria a Lei 882/2024 incompatível com a Lei Orgânica.

Diante dos fatos apresentados, requereu a concessão de tutela de evidência para suspender a eficácia da Lei Municipal 882/2024.

O Ministério Público apresentou parecer às fls. 21/22.

A Câmara Municipal prestou informações às fls. 29/34.

Fundamento e decidido.

A tutela provisória de evidência está prevista no artigo 311, IV do CPC que assim dispõe: "Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: IV- a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável."

Os documentos juntados pela parte autora constituem prova documental suficiente para os fatos constitutivos do direito alegado.

É fato incontroverso que a Câmara dos Vereadores de Pariquera-Açu promulgou a Lei 882/2024, denominada de "Ficha Limpa Municipal", cujo objeto é impor requisitos para a nomeação de cargos comissionados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PARIQUERA-AÇU
FORO DE PARIQUERA-AÇU
VARA ÚNICA

Av. Dr. Fernando Costa, 215, ., Centro - CEP 11930-000, Fone: (13) 3856-1853, Pariquera-Açu-SP - E-mail: pariquera@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Ocorre que a referida Lei imprimiu verdadeira alteração n Lei Orgânica Municipal sem obedecer o processo legislativo correto.

A Lei Orgânica do Município de Pariquera-Açu possui previsão expressa no artigo 126 a respeito dos requisitos para preenchimento dos cargos comissionados do executivo. Lado outro, a Lei 882/2024 possui conteúdo semelhante, assim dispondo também sobre as vedações à nomeação de cargos comissionados pelo Executivo e Legislativo Local.

Por conseguinte, depreende-se que a Lei impugnada não é compatível com o artigo 126 da Lei Orgânica, pois é conflitante em vários dispositivos, não podendo ambas serem aplicadas concomitantemente.

Nota-se, por exemplo, que o artigo 126 da Lei Orgânica veda a nomeação para cargo comissionado aquele que foi condenado por sentença criminal irrecorrível, ou por ato de improbidade administrativa, também irrecorrível. A Lei 882/2024 também dispõe sobre vedações à nomeação de cargo comissionado, porém adiciona inúmeras outras hipóteses que não estão na Lei Orgânica.

Se a pretensão do Poder Legislativo Local era adicionar novas vedações, o procedimento legal deveria ocorrer por meio de Emenda à Lei Orgânica e não elaboração de Lei Ordinária. Isso porque o assunto específico já está tratado naquela e qualquer alteração deve ocorrer por meio do procedimento previsto no artigo 43 da Lei Orgânica, o qual dispõe expressamente que a alteração da Lei maior do município ocorre por emenda, cuja iniciativa deve partir de um terço os membros da câmara municipal, devendo ser votada em dois turnos e considerando-se aprovada com voto favorável de 2/3.

O próprio parecer jurídico elaborado pelo procurador da Câmara Municipal já apontava o vício formal da Lei Municipal 882/2024, que por ser Lei Ordinária e com processo legislativo diverso para sua criação, não poderia promover alteração e interferência em matéria já tratada em Lei Orgânica.

Diante do vício formal que atinge a Lei 882/2024 há evidências de que se trata de norma incompatível com a Lei Orgânica Municipal.

Com base nos fundamentos expostos acima, concedo a tutela de evidência para suspender a eficácia da Lei Municipal 882/2024 até decisão judicial ulterior.

Intime-se a Câmara Municipal de Pariquera-Açu para cumprimento da ordem e cite-se para contestar o feito no prazo legal.

Pariquera-Açu, 09 de abril de 2024.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**